

# SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## GOVERNO NÃO QUER FAZER A REFORMA DA JUSTIÇA

Rui Rio acusa António Costa de enveredar pela grosseria e pelo “insulto” na entrevista que o chefe de Governo deu no fim de semana e de “não querer fazer reforma nenhuma” na Justiça, quando “deveria ser o primeiro” a fazê-lo, não só por causa da “operação Marquês”, mas também de “outros casos”



pág. 5

### PARLAMENTO

PSD PROPÕE FUNDO INTERNACIONAL DE APOIO A MOÇAMBIQUE

O PSD recomenda a criação de um fundo de cooperação de resposta à crise provocada pela violência, crises climáticas e pandemia



pág. 11

### LOCAIS

PSD EXIGE RESPOSTAS ADEQUADAS PARA AS POPULAÇÕES DE ODEMIRA

Para o PSD, as declarações proferidas pelo Primeiro-Ministro, a respeito da evolução desfavorável da pandemia se revestem da “maior gravidade”



pág. 12

### REGIONAIS

GOVERNO DA MADEIRA REDUZIU EM 51% SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL

De acordo com Pedro Calado, vice-presidente do executivo regional, essa redução deu-se entre 2013 e 2020, passando de 51 para 25 empresas



**JOSÉ CANCELA MOURA**  
Diretor do "Povo Livre"

## PIEC\*

Há demasiado tempo que o sudoeste alentejano e a costa vicentina se tornaram territórios à margem da lei e do Estado de direito. São regiões onde reina a desresponsabilização do Estado, isto é, do poder central e até das autarquias locais, perante um problema de violação dos direitos humanos.

Poderosas multinacionais e industriais do ramo agrícola instalaram-se na faixa entre Vila Nova de Milfontes e Aljezur, implantando um sistema de produção intensiva de fruta e produtos hortícolas. As estufas tomaram conta da paisagem, com quilómetros de corredores de plástico, que deixam um rasto de destruição ambiental duradouro, nomeadamente a pressão hídrica e a erosão dos solos. Uma autêntica peste negra agrícola a longo prazo.

Como não há agricultura sem mão de obra, os empresários recorrem ao trabalho temporário, que recrutam no Leste europeu e na Ásia – Índia, Nepal, Paquistão e Bangladesh. A proximidade do porto de Sines, como já ficou provado em investigações judiciais, serve de porta de entrada para o tráfico desta mão-de-obra, a quem é foi prometido um oásis de prosperidade, trabalho e alojamento e que depois é vítima de um inferno da dependência social e económica. Triunfam as máfias de escravatura e auxílio à imigração ilegal, que chegam a cobrar 10 mil euros por cada indivíduo que introduzem em território nacional.

Num ápice, quando parecia tudo bem, somos confrontados com a existência de 13 mil migrantes, a maioria dos quais em condições deploráveis de habitação, que gozam de salários e direitos sociais abaixo dos países do Terceiro Mundo. E este cenário de horror só agora ganha destaque, porque uma cadeia de contágio de covid-19 ganhou relevância de índole nacional.

O PSD, em tempo oportuno, já tinha apresentado iniciativas legislativas e alertado para este barril de pólvora. Os projetos do PSD, que transversalmente reclamam a implementação de políticas de reorganização administrativa, urbanística e laboral, esbarram sempre na inércia do Governo.

Odemira e Aljezur são territórios de baixa densidade, que experienciaram um crescimento económico muito relevante nos últimos 20 anos, muito à custa do prejuízo das comunidades locais, como é público e notório nas carências evidenciadas nos serviços públicos – na saúde, educação, justiça, finanças, notariado, segurança social, forças de segurança e transportes públicos.

Não obstante este seja o elefante no meio da sala, o que temos assistido é à incúria e a um flagrante fracasso do Governo. Os Ministérios da Agricultura, Ambiente, Justiça, Administração Interna, Trabalho e da Saúde não foram, nem são capazes de cuidar destes territórios, onde grassam os fenómenos de desumanidade social e laboral. Não espanta, pois, a emergência de um sentimento de revolta e de intolerância contra quem vai trabalhar para as explorações agrícolas, porque o Estado se demitiu de funções.

Por causa da pandemia, o Governo socialista impôs duas cercas sanitárias em Odemira e acabou por atirar mais lenha para a fogueira, decidindo isolar as populações e decretar a requisição de um empreendimento privado, entre as quais 170 das 270 habitações, são de cariz familiar, própria e permanente. É mais um episódio de uma incompreensível deriva gonçalvista, como aconteceu com o regime especial de expropriações e servidões administrativas, no âmbito de projetos do Programa de Estabilização Económica e Social.

São decisões como estas que nos fazem recuar ao PREC, onde o Conselho da Revolução, decidia e decretava nacionalizações a torto e direito.

Decisões à imagem das afirmações que podemos ver no documentário "Torre Bela", de Thomas Harlan, produzido em 1975, que retrata a Reforma Agrária: "Qual é valor da tua ferramenta? Tudo isto é da cooperativa. (...) Daqui a nada, também o que visto e calço também é da cooperativa".

Para os socialistas de 2021, corremos o risco de voltar à discussão sobre a legitimidade das cooperativas, mas numa versão atualizada: basta pôr cidadãos contra cidadãos, basta fechar os olhos aos direitos humanos dos migrantes e, na tentativa de emenda, praticar um novo ato reiterando uma nova violação, desta feita contra o direito de propriedade.

O vírus da covid-19 expôs à saciedade o vírus da incompetência do Governo, para que não se conhece, nem vacina nem antídoto. É este o tempo do PIEC.\*

# PORTUGAL ES A UM RITMO

Rui Rio concorda com o fim do estado de emergência anunciado pelo Presidente da República, corroborando que já não é necessário este quadro legal para dar cobertura a medidas de contenção da epidemia.

"Hoje as circunstâncias são diferentes. Felizmente, o país está numa melhor situação, há um programa de desconfinamento, esse desconfinamento está a ser cumprido e se, do ponto de vista legal, não é necessário o estado de emergência para dar cobertura às medidas que são necessárias, é evidente que estou de acordo que não haja estado de emergência", afirmou.

Para o Presidente do PSD, que falava à margem da apresentação do candidato à Câmara de Torres Vedras, o deputado Duarte Pacheco, o estado de emergência "não é um problema político, mas sobretudo um problema jurídico".

Rui Rio considera que o país está "a desconfinar a um ritmo adequado", motivo pelo qual espera que o Governo continue a anunciar "as medidas que estão desde o início programadas, desde que o índice de transmissibilidade e os novos casos por 100 mil habitantes estejam em linha com o que é necessário".

## RUI RIO EM TORRES VEDRAS

Rui Rio, que participava na apresentação do candidato do PSD por Torres Vedras às eleições autárquicas, o deputado Duarte Pacheco, elogiou o contributo de todos os autarcas para o desenvolvimento do país. "O poder local toma decisões que têm a ver com a vida das pessoas. (...) O poder local, autarcas de todos os partidos, (...) é das coisas que o 25 de Abril mais se pode orgulhar de ter dado aos portugueses", disse.

O líder do PSD agradeceu a todos os candidatos que decidem "em 2021, dar a cara pelo PSD e pela sua terra" nestas eleições locais.

Rui Rio enalteceu em particular as qualidades técnicas e humanas de Duarte Pacheco para encabeçar esta candidatura. "Na terra do Joaquim Agostinho, temos um dos candidatos mais prestigiados da Assembleia da República", referiu.

Duarte Pacheco garantiu que irá "bater à porta" de cada torriense para pôr termo ao marasmo socialista na região oeste. "Este concelho, ao fim de 45 anos de gestão socialista, continua com problemas estruturais gravíssimos. (...) Existe a necessidade de afirmar Torres Vedras como uma marca", expressou.

Como prioridades prementes, Duarte Pacheco aponta a saúde, os acessos, o ordenamento do território, a agricultura e os "problemas dos cidadãos" (a limpeza dos espaços públicos e o funcionamento dos serviços essenciais).

"Afirmer Torres Vedras" é o slogan da campanha para as eleições autárquicas à Câmara Municipal de Torres Vedras, candidatura encabeçada por Duarte Pacheco.



\* Processo da Incompetência em Curso

# STÁ “A DESCONFINAR ADEQUADO”



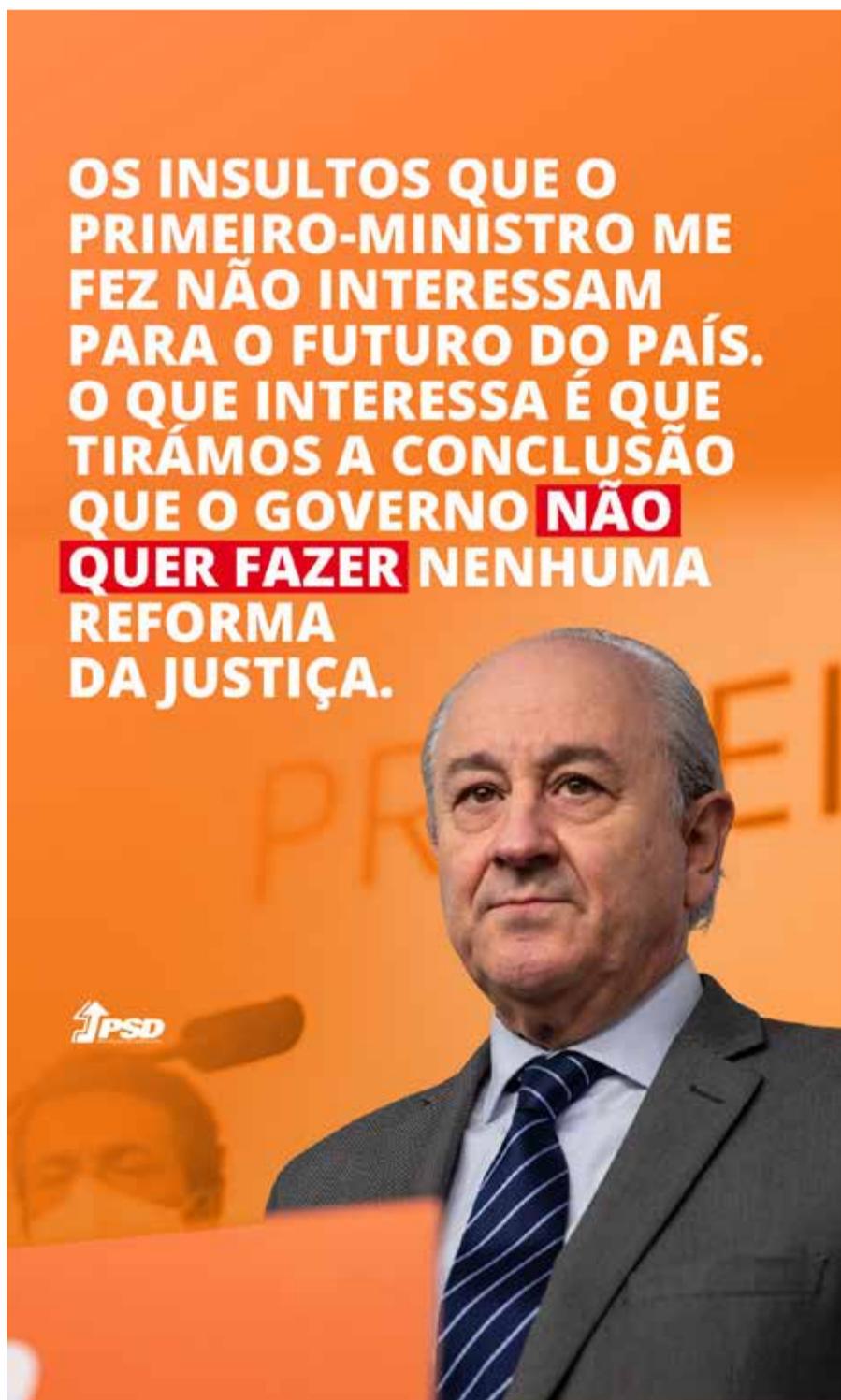
**RUI RIO**

# “PRIMEIRO-MINISTRO PREFERE INSULTAR, EM VEZ DE FAZER A REFORMA DA JUSTIÇA”

Rui Rio acusa o Primeiro-Ministro de enveredar pela grosseria e pelo “insulto” na entrevista que o chefe de Governo deu no fim de semana e de “não querer fazer reforma nenhuma” na Justiça quando “deveria ser o primeiro” a fazê-lo, não só por causa da “operação Marquês”, mas também de “outros casos”.

O Presidente do PSD, que recebeu na segunda-feira, no Porto, o Sindicato dos Oficiais de Justiça, reafirma que “a Justiça não funciona, a Justiça não está de acordo com os parâmetros fundamentais do Estado do Direito Democrático e aquilo que Primeiro-Ministro tem a dizer às propostas” do PSD é que “o Governo não quer fazer uma reforma na Justiça”.

“Os insultos que o Primeiro-Ministro me fez não interessam ao futuro do país. A entrevista não teve o nível que deve ter para um Primeiro-Ministro. O que interessa é que tirámos a conclusão de que o Governo não quer fazer nenhuma reforma da Justiça.



Este Governo, e em particular este Partido Socialista, devia ser o primeiro a aprender e a desejar que houvesse reforma na Justiça. É no enquadramento que lhe fazem sobre a operação Marquês e o engenheiro José Sócrates que ele dirige as primeiras palavras desagradáveis, praticamente insultos, à minha pessoa. Perante um caso como a operação Marquês e muitos outros a resposta não devia ser insultar líder da oposição, mas de abertura para reformarmos a justiça em Portugal”, especificou.

Rui Rio lamenta ainda que o Primeiro-Ministro ainda não tenha ultrapassado a derrota política nas eleições legislativas regionais nos Açores. “O Primeiro-Ministro não conseguiu ultrapassar a derrota nos Açores. Aquilo que aconteceu nos Açores foi aquilo que o povo diz ‘Quem com ferros mata, com ferros morre’. Aconteceu nos Açores aquilo que ele fez aqui em Portugal [continental] em 2015. Provou do seu próprio veneno e não engoliu essa derrota”, apontou.

Rui Rio qualifica as declarações do Primeiro-Ministro de “hipocrisia”, lembrando as interferências do Governo na escolha do procurador europeu, quando na semana passada, o Parlamento Europeu criticou o Governo português por “ter interferido na independência judicial, ao escolher para procurador europeu, não quem tinha o mérito para isso, mas quem o Governo queria para esse lugar”.

# PSD PROPÕE FUNDO INTERNACIONAL DE APOIO A MOÇAMBIQUE

Num projeto de resolução entregue no Parlamento dia 30 de abril, e que tem como primeiros subscritores Rui Rio e Adão Silva, o PSD recomenda que, ainda durante o semestre da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, o Governo proponha a criação de um “fundo fiduciário pela Comissão Europeia de resposta à crise provocada pela violência, das crises climáticas e da pandemia covid-19” em Moçambique.

O PSD sublinha que “Moçambique viveu sob estado de emergência, no âmbito do combate à pandemia de covid-19 de março a setembro de 2020, foi fortemente atingido pelo ciclone Idai e, mais recentemente, a situação no país agravou-se com a violência armada em Cabo Delgado”. Só o ciclone Idai provocou 604 mortos e afetou cerca de 1,5 milhões de pessoas, enquanto o ciclone Kenneth, que se abateu sobre o norte do país em abril do mesmo ano, matou 45 pessoas e afetou 250 mil. Em 2019, estima-se que Moçambique precisaria de 2,7 mil milhões de euros para fazer face aos impactos dos ciclones Idai e Kenneth, de acordo com o Conselho Económico e Social das Nações Unidas para África.

Para os deputados social-democratas, “é fundamental que Portugal encete todos os esforços diplomáticos junto dos estados-membros das Nações Unidas para que seja dada uma resposta à crise humanitária e também à reconstrução do país”.

“A ação de Portugal junto das instituições da União Europeia e Estados-Membros é igualmente fundamental para que a resposta à crise humanitária e reconstrução do país possa ser condizente com as necessidades identificadas pelas Nações Unidas”, justificam os deputados.

Um fundo fiduciário é um mecanismo utilizado no domínio da cooperação para o desenvolvimento, que reúne contribuições financeiras de um ou vários doadores, sendo, em geral, gerido por uma organização internacional, como o Banco Mundial ou as Nações Unidas. Populares a partir da década de 1990, os fundos fiduciários têm sido cada vez mais utilizados como um instrumento de financiamento para a cooperação internacional. São, muitas



vezes, constituídos em resposta a crises, como catástrofes naturais ou conflitos. De acordo com os artigos 234º e 235º do Regulamento Financeiro da Comissão Europeia para um objetivo de desenvolvimento específico, com contribuições financeiras de um ou vários doadores, muitas vezes constituído em resposta a crises, como catástrofes naturais ou conflitos. Desde 2013, a Comissão Europeia tem a possibilidade de criar “fundos fiduciários da União para as ações externas” relativos a ações de emergência, pós-emergência ou temáticas através de um acordo celebrado entre a Comissão Europeia e outros doadores.

Atualmente, existem quatro fundos fiduciários sob a gestão da Comissão Europeia: o Fundo Fiduciário Békou,

para a República Centro-Africana, de apoio à superação da crise e fomento da reconstrução; o Fundo Madad, em resposta à crise síria; o Fundo Fiduciário de Emergência da UE para África, para a estabilidade e melhor gestão das migrações (que não inclui Moçambique); e o Fundo Fiduciário da UE para a Colômbia, de apoio ao processo de pós-conflito.

“Considerando a prática de apoio continuado da União Europeia e os 11 Estados-Membros com representação em Moçambique, a iniciativa de criação de um fundo fiduciário de resposta à crise neste país será condizente com a linha de cooperação externa das diferentes instituições europeias e Estados-Membros”, fundamentam os deputados.

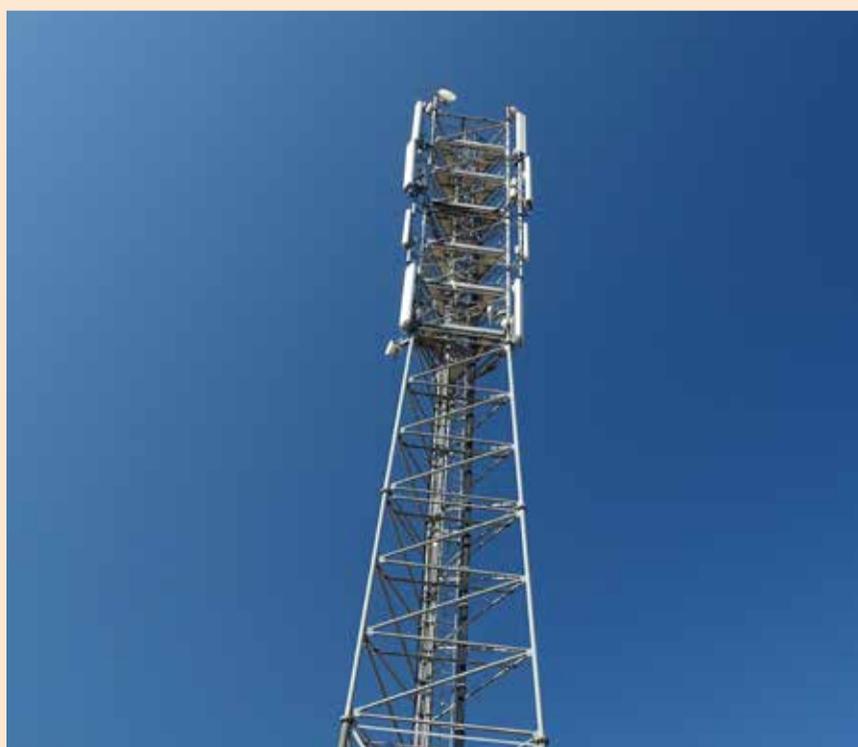
## PSD CONSIDERA “INCOMPREENSÍVEL E INACEITÁVEL” INAÇÃO DO GOVERNO SOBRE O SIRESP

O PSD criticou o Ministro da Administração Interna por não ter tratado atempadamente da situação do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP). Na audição do governante no Parlamento, Paulo Moniz recordou que o Governo tem, há quase 2 anos, um relatório produzido por um Grupo de Trabalho por si criado. Contudo, lamenta o deputado, durante esses 2 anos o Governo não atuou e agora, a 2 meses do final do contrato com a Altice, o Ministro vem dizer que precisa de prolongar o atual contrato pois necessita de mais 18 meses para conseguir implementar uma nova solução.

“O senhor tem esses resultados desde há 2 anos, um prazo necessário para o Governo acautelar devidamente a transição e não ter que agora, a 2 meses do fim do contrato de parceria, precisar de mais 18 meses. Isto é inaceitável, isto é incompreensível”, assinalou o social-democrata, adiantando que esses “18 meses são para fazer o que não foi feito nestes 2 anos”.

Com o contrato prestes a terminar, Paulo Moniz questionou ao Ministro se, no caso de o contrato terminar mesmo a 30 de junho, está em condições de assegurar que todos os ativos passam para o Estado, em particular os centros nevrálgicos de controlo e comutação de rede.

O deputado questionou ainda se o governante confirma que a internalizar destes serviços chegaria um valor anual de custos na ordem dos 14 milhões de euros e se o prolongamento do contrato com a Altice, por mais 18 meses, poderá ter um custo na ordem dos 24 milhões de euros.



# PSD DEFENDE VALORIZAÇÃO SALARIAL DAS CARREIRAS DA PSP E GNR



O grupo parlamentar do PSD sublinha que “a realidade atual de estagnação salarial e de baixo salário na categoria de ingresso nas Forças de Segurança, designadamente na PSP e na GNR, para além de provocar um generalizado descontentamento e desmotivação nos profissionais que já integram estas forças, são elementos determinantes que se têm de inverter no sentido de atrair mais jovens e promover o desejável rejuvenescimento das nossas polícias”.

Para os deputados social-democratas, “a falta de elementos na PSP e na GNR e um efetivo envelhecimento dos seus corpos tem sido reconhecido como um dos principais problemas das forças de segurança, a par de uma evidente degradação salarial, fruto de diversos fatores, muitas vezes externos, que provocaram a sua estagnação e desvalorização ao longo dos anos, agravados pelo facto destes agentes estarem muitas vezes geograficamente deslocados das suas residências e dos respetivos agregados, o que agrava os seus custos de vida”.

“Entendemos que a valorização remuneratória da função policial é crucial para a captação de novos elementos e para promover o tão necessário rejuvenescimento do efetivo das nossas forças de segurança”, referem.

“Na prossecução do interesse público e tendo em conta a missão fundamental que as forças de segurança desempenham na nossa sociedade, o PSD considera que o Governo deve promover a valorização salarial das carreiras da PSP e da GNR, atendendo em especial à posição remuneratória de ingresso”, concluem.

O PSD entregou um projeto de resolução para que o Governo tome medidas de valorização remuneratória das carreiras das forças de segurança, PSP e GNR.

“Os salários da PSP e GNR, nos escalões de início de carreira, estão praticamente congelados ou ‘estagnados’ há mais de uma década e cada vez mais próximos da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG), sendo a atual diferença, em 2021, de pouco mais de uma centena de euros. Tanto a PSP como a GNR, carreiras especiais no quadro das Administrações Públicas, e com funções vitais na vida quotidiana dos cidadãos, não obtiveram aumentos salariais entre 2010 e 2019, ao passo que o RMMG registou, e bem, um aumento substancial no mesmo período”, alertam os deputados.

#### O PSD recomenda ao Governo que:

- 1 - O Governo proceda à valorização remuneratória das carreiras da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP), atendendo em especial à posição remuneratória de ingresso;
- 2 - O disposto no número anterior seja definido no âmbito da Agenda de Diálogo Social e Ação para a Legislatura da área governativa da administração interna com os sindicatos e associações representativas dos profissionais do setor, tendo como referência para a sua efetivação o ano de 2022.

## REVISÃO DOS ESTATUTOS DO PSD

**“É nossa intenção auscultar todas as estruturas do partido, de forma a obter os contributos que entendam dar, na construção de uma proposta de revisão que modernize o nosso funcionamento, consolidando uma proposta a apresentar no momento em que a crise sanitária permita desenvolver esse processo”, Isaura Morais, Coordenadora da Comissão de Revisão dos Estatutos**

Envie os seus contributos para:

[revisao-estatutos@psd.pt](mailto:revisao-estatutos@psd.pt)

até 31 de maio



# PROGRAMA DE ESTABILIDADE É UMA CONFISSÃO ANTECIPADA DO FRACASSO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA



Jorge Paulo Oliveira revelou a preocupação do PSD em relação ao Programa de Estabilidade (PE), desde logo pela confissão antecipada do fracasso do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) a que o PE está ancorado.

Na audição do Ministro das Finanças no Parlamento, o social-democrata afirmou que esta confissão antecipada de fracasso resulta das contas do próprio Governo, que indicam que deste programa resultarão, em média, apenas 0,7 pontos percentuais da taxa de crescimento prevista para cada um dos anos entre 2021 e 2025.

O mais preocupante, adianta o deputado, é que estes números partem do princípio de que o PRR será integralmente cumprido. “Sabendo nós que nunca um PE esteve tão dependente de um programa específico de absorção de fundos, sabendo nós que o PRR está esmagadoramente destinado a investimento público, sabendo nós que o Governo não tem curriculum, mas cadastro na sua capacidade de fazer investimento público, há fundadas razões para os portugueses temerem o pior”, afirma o deputado.

Uma análise, refere o social-democrata, que é feita pelo PSD, mas também por entidades como a UTAO e o Conselho de Finanças Públicas.

Mas se PE se revela fantasioso no que diz respeito à recuperação da economia, Jorge Paulo Oliveira considera que este, infelizmente, se revela “igualmente engeguedido no que diz respeito às feridas sociais espectáveis e causadas pela devastação económica”. O deputado fez eco dos alertas do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que afirma que «o combate à pobreza não é uma prioridade real das políticas públicas do Governo».

Com o Executivo a dizer que a recuperação da economia atenuará o agravamento da pobreza em curso, Jorge Paulo Oliveira considera que é preciso olhar com atenção, pois essa recuperação não chegará para responder eficazmente aos desafios que se colocam ao nível social. “Como diz o povo, pior cego é aquele que não quer ver. O Governo não é cego, simplesmente não quer é ver”, lamentou.

## GOVERNO CONTINUA POR PAGAR ÀS ESCOLAS DO ENSINO ARTÍSTICO

O PSD considera “vergonhoso” o Governo não estar a cumprir os pagamentos estabelecidos no âmbito do concurso adicional celebrado com os estabelecimentos do ensino artístico.

“Quando pretende o Governo honrar os compromissos e transferir para as escolas as verbas em falta? Qual é a justificação para que o contrato de financiamento do concurso adicional ainda não ter sido celebrado”, interrogam os deputados do PSD.

Numa pergunta ao ministro da Educação, os deputados social-democratas referem que várias escolas denunciaram, nas últimas semanas, que as verbas referentes ao concurso adicional não foram ainda pagas, nem sequer foi celebrado o respetivo contrato de financiamento.

Os deputados social-democratas lembram que, em 26 de janeiro, foi lançado o Procedimento Adicional de Concurso para o Contrato de Patrocínio 2020-2026. Este concurso adicional tinha sido prometido em agosto de 2020, depois de conhecidas as consequências “desastrosas do Concurso para o Contrato de Patrocínio 2020-2026. Veio, por isso, tarde, mas com o propósito correto de corrigir as injustiças criadas pelo referido concurso inicial”.

Atempadamente, o PSD “alertou para o facto de o concurso adicional lançado não resolver os problemas decorrentes dos resultados do concurso de julho passado. Mas todos os agentes contavam que o Governo cumprisse, pelo menos, o que se comprometeu com o concurso adicional”.



**O PSD pergunta:**

- 1 - Qual é a justificação para que o contrato de financiamento do concurso adicional ainda não ter sido celebrado?
- 2 - Quando pretende o Governo honrar os compromissos e transferir para as escolas as verbas em falta?

## CENSOS 2021

# DADOS PESSOAIS DE SEIS MILHÕES DE RESIDENTES PODEM ESTAR EM RISCO, PSD QUER OUVIR A MINISTRA DA PRESIDÊNCIA

O PSD solicitou a audição, com caráter de urgência, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, da ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, da presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, Filipa Calvão, e do presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Estatística, Francisco Lima. O motivo deste requerimento deve-se à suspensão do contrato entre o INE e a Cloudflare, depois de ser conhecido que esta empresa não dá garantias do cumprimento integral da legislação europeia de proteção de dados, pondo em causa o sigilo dos dados facultados até ao momento por mais de seis milhões de cidadãos residentes em Portugal, através da operação Censos 2021.

Para o PSD, e tendo em conta que os Censos se realizam de 10 em 10 anos, “não se compreende que o INE não os tenha preparado devidamente no sentido de garantir a total proteção dos dados pessoais dos cidadãos residentes em Portugal, em absoluto respeito pelo RGPD”.

O PSD pretende que sejam feitas as diligências necessárias para o Governo enviar à 1.ª Comissão o contrato de prestação de serviços, e respetivas adendas, celebrado entre o INE e a Cloudflare, devendo ser assegurado que o respetivo envio ocorre antes da audição da ministra.

O PSD recorda que “os serviços contratados pelo INE, quando subscreveu o Business Plan, colocam a Cloudflare diretamente sob a alçada da legislação dos EUA, que lhe impõe a obrigação de conceder acesso em massa aos dados pessoais por si tratados, não havendo, por isso, qualquer garantia que os dados pessoais dos cidadãos residentes em Portugal, recolhidos pelo INE através



do seu website, no âmbito dos Censos 2021, não sejam acedidos pelas autoridades dos EUA, por intermédio da Cloudflare devido aos serviços por esta prestados ao INE e que implica, segundo o contrato celebrado, a transferência desses dados para os EUA”.

Recentemente, a CNPD deliberou ordenar ao INE a suspensão do envio de dados pessoais do Censos 2021 para os EUA e para outros países terceiros sem um nível de pro-

teção adequado, seja através da Cloudflare ou de outra empresa, no prazo máximo de 12 horas, devendo o INE garantir, no âmbito de eventuais subcontratações, que os subcontratantes não sejam obrigados a cumprir uma legislação que afaste a proteção conferida pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Esta situação ocorre, no entanto, quando já mais de seis milhões de cidadãos cumpriram a obrigação legal de resposta aos Censos 2021, tendo os respetivos dados pessoais sido alvo desta ingerência desproporcional e contrária ao RGPD, com claro prejuízo para os seus direitos, liberdades e garantias.

Para os deputados do PSD, “trata-se de uma situação gravíssima que só não lesa a totalidade dos cidadãos residentes em Portugal graças à ação imediata da CNPD, que permitiu salvaguardar – isto considerando que o INE cumpriu a deliberação da CNPD, o que igualmente se impõe saber – os dados pessoais dos mais de quatro milhões de cidadãos que ainda não cumpriram a obrigação legal de resposta aos Censos 2021”.

A bancada social-democrata considera que as explicações dadas no Plenário pela ministra de Estado e da Presidência, que tutela o INE, revelaram-se “demasiado simplistas e insuficientes em face do ocorrido, razão pela qual se impõe a sua vinda urgente à 1.ª Comissão para explicar detalhadamente toda esta situação e o que está a ser feito para minimizar a lesão dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos que já responderam aos Censos, bem como garantir que o que sucedeu não se volte a repetir, dando garantias de proteção a quem ainda não respondeu aos Censos

## PSD QUER OUVIR A COMISSÃO ESPECIALIZADA PARA A NATALIDADE

O PSD quer ouvir no Parlamento a Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para a Natalidade, criada em 2015, para saber o que está a desenvolver esta entidade para inverter a tendência de descida da natalidade e pela sua promoção.

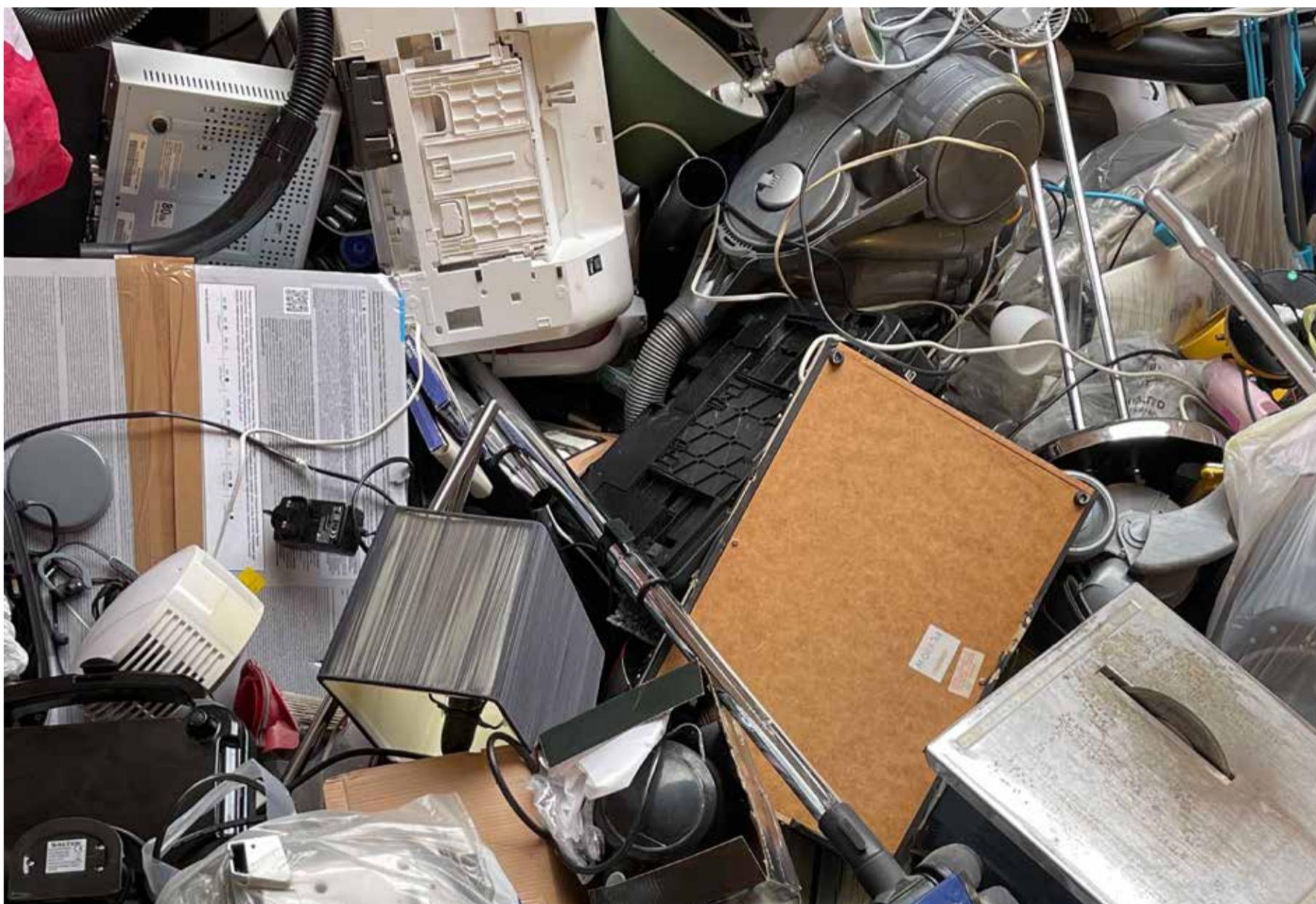
Num requerimento dirigido ao presidente da Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social, os deputados social-democratas salientam que “Portugal regista há várias décadas uma taxa de natalidade inferior ao índice de renovação de gerações”. “A baixa taxa de natalidade, por um lado, e o aumento da esperança média de vida, por outro, afetam naturalmente os equilíbrios sociais e colocam em causa os alicerces da sustentabilidade da economia e do sistema social de um país”, referem.

Em 2015, por iniciativa do PSD foi criada a Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para a Natalidade, que funciona no âmbito do Conselho Económico e Social. “Mostra-se importante ouvir a referida comissão, no sentido de acompanhar o trabalho e monitorização, bem como conhecer os estudos, pareceres ou relatórios efetuados com vista à promoção da tomada de decisão a favor da família e da natalidade”, justificam, no requerimento que solicita a audição parlamentar deste organismo.

No final de abril, o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou que o número de nascimentos em 2020 diminuiu em relação a 2019 e o número de mortes em Portugal aumentou, fazendo agravar pelo 12.º ano consecutivo o saldo natural negativo. O INE revelou que, no ano passado, nasceram 84.426 crianças de mães residentes em Portugal, menos 2.153 crianças do que em 2019, o que significa uma redução de 2,5%. Quanto à mortalidade, 123.358 pessoas residentes morreram em 2020, mais 11.565 do que no ano anterior, o que se traduz num aumento de 10,3%.



# GOVERNO FALHA METAS DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELETRÓNICOS, PSD QUER CONHECER RELATÓRIOS



O grupo parlamentar do PSD exige que o ministro do Ambiente e da Ação Climática forneça os relatórios e elementos informativos sobre Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Toda a esta documentação serve para os deputados do PSD avaliarem o desempenho de Portugal no cumprimento das metas estabelecidas para a recolha e tratamento de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), metas que, para o PSD, não estão a ser atingidas.

“O desempenho alcançado ao nível deste fluxo específico é preocupante e os vários agentes envolvidos – autoridade nacional de resíduos, entidades gestoras, operadores de gestão de resíduos, associações de defesa do ambiente e do consumidor, produtores e distribuidores destes equipamentos, municípios e recicladores – têm trocado acusações referentes às causas subjacentes a este incumprimento”, expõe o PSD.

Recentemente, o grupo parlamentar do PSD requereu a audição de várias entidades em sede de Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, de modo a compreender em maior detalhe a realidade atual no domínio dos REEE, tendo sido ouvidas, em 27 de abril, a Eletrão - Associação de Gestão de Resíduos, a ERP Portugal - Associação Gestora de Resíduos, a Weecycle - Associação de Produtores de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, a APOGER - Associação Portuguesa de Operadores de Gestão de Resíduos e Recicladores, a AEPSA - Associação Empresas Portuguesas para Setor do Ambiente e a Zero - Associação Sistema Terrestre Sustentável.

Nesta audição, foram abordados “vários problemas graves, inclusivamente em matéria de transparência e de responsabilidade institucional. Ficou evidente a falta de fiscalização, por exemplo sobre um conjunto de agentes que durante a recolha promovem o desvio de REEE, criando-se circuitos paralelos e informais que prejudicam o setor e o cumprimento de metas. Há um conjunto de agentes que atuam à margem da lei perante a ineficácia das autoridades, faltando empenho político na resolução deste problema”.

“Se por um lado as Entidades Gestoras são prejudicadas por esta realidade, por outro lado têm debilidades organizativas e de funcionamento que também induzem ao incumprimento das metas contratualizadas nas suas licenças. De acordo com denúncias apresentadas em sede de audição pela Zero, estas Entidades terão sido alvo de inspeções por parte da IGAMAOT, que terá apurado diversas inconformidades que não tiveram seguimento sancionatório, nem foram seguidas de procedimentos para corrigir erros ou desvios. O Ministério do Ambiente e Ação Climática foi acusado de complacência para com toda esta situação, escondendo e desvalorizando a informação constante desses relatórios. Foi também questionada a credibilidade dos dados subjacentes ao cálculo das metas, apesar destes serem já manifestamente negativos e um indicador do “caos ou colapso” que se regista neste fluxo específico. É fundamental aprofundar alguns destes aspetos e numa segunda audição serão ouvidas a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER) sobre

estas matérias”, acrescentam os social-democratas.

Foram ainda referidos diversos documentos “da maior relevância para os trabalhos em causa, sem os quais os deputados ficam cingidos a comentários e a referências incompletas e parciais, que não contribuem para o exercício de escrutínio democrático” e o PSD considera que são “necessários dados rigorosos e elementos informativos que permitam o apuramento da verdade”.

#### O PSD quer conhecer:

1. *Dados oficiais da APA referentes às metas de recolha e tratamento de REEE (desde que há cálculos até 2020 inclusivamente) e nota explicativa face a alterações de método de cálculo (pós-2017)*
2. *Carta remetida pela APA a confirmar dados recolhidos pelas Entidades Gestoras*
3. *Relatórios de auditorias técnicas e financeiras realizados às Entidades Gestoras*
4. *Relatórios de inspeção do IGAMAOT (2017, 2018, 2019)*
5. *Outros relatórios e informações de diligências complementares realizadas pela IGAMAOT neste âmbito*
6. *Modelos económicos subjacentes ao cálculo do ecovalor*

# PSD QUER OUVIR CINCO ENTIDADES COM COMPETÊNCIAS NA EXPANSÃO DE CENTRAIS SOLARES FOTOVOLTAICAS

O PSD solicitou a audição na Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território do Parlamento de cinco entidades/estruturas com competências na expansão das centrais solares fotovoltaicas em Portugal, de forma a analisar os impactos ambientais e sociais daqueles sistemas de produção de energia. Perante “a forte transformação do território por via da expansão das centrais solares fotovoltaicas”, o PSD entende como oportuno ouvir os responsáveis da Direção-Geral de Energia e Geologia, Agência Portuguesa do Ambiente, Direção-Geral do Território, Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Coligação C6 – (que agrega seis associações de defesa do ambiente – ANP/WWF, LPN, GEOTA, Quercus, FAPAS, SPEA).

No requerimento, que tem como primeiro subscritor Luís Leite Ramos, o PSD alerta para a necessidade de “antecipar e acautelar os seus impactos ambientais e sociais desfavoráveis, independentemente das suas vantagens e de contribuir para a mitigação das emissões de gases com efeito de estufa, num quadro de combate às alterações climáticas”.

Os deputados social-democratas avisam que “corremos o risco de estar a resolver um problema criando outros ainda piores ao mesmo tempo, degradando os recursos naturais e prejudicando as comunidades locais, sem benefício direto”, pois “o Governo tem induzido esta transformação com uma lógica megalómana e até perigosa para o interesse público”.

Enumerando vários casos concretos no requerimento, a bancada social-democrata revela que há “falta de planeamento estratégico” o que “gera estrangulamentos que podem ter várias consequências, em última análise condicionando a concretização dos próprios projetos e o cumprimento de metas. Pode ainda originar processos litigiosos contra o próprio Estado face ao incumprimento das condições que previa assegurar. A falta de clareza política e a criação de expectativas falsas junto dos promotores traz ainda maior imprevisibilidade e insegurança a este domínio”.

Para o PSD, é também evidente que “poderá haver uma excessiva capacidade energética a instalar face às neces-

sidades do país e cuja concretização no terreno poderá acarretar ainda maiores impactes ambientais e sociais. A transição para uma economia de baixo carbono não é desprovida destes impactes e só com planeamento será possível antecipar e acautelar os problemas, trazendo um real aproveitamento das oportunidades que podem ser geradas”.

Por fim, os deputados social-democratas concluem que “no horizonte adivinham-se os riscos associados à produção de hidrogénio verde para exportação, que poderá fazer disparar (ainda mais) a instalação de novos parques solares. Acresce que serão necessárias grandes quantidades de recursos hídricos, obtidos na zona do sul do país já afetada por fenómenos de desertificação, que serão agravados face às alterações climáticas. Se não existir visão de conjunto sobre a produção energética considerando os impactos ambientais, sociais e territoriais, corremos o risco de agravar os próprios indicadores económicos que se perseguem (criação de riqueza, atração de investimento, exportação de energia, e geração de emprego)”.



# PSD EXIGE RESPOSTAS ADEQUADAS PARA AS POPULAÇÕES DE ODEMIRA



O PSD considera que as declarações proferidas na quinta-feira, dia 29, pelo Primeiro-Ministro, a respeito da evolução desfavorável da pandemia de covid-19, no concelho de Odemira, se revestem da “maior gravidade”.

“Referia-se o senhor Primeiro-Ministro à profusão de situações de indignidade habitacional, em particular, a fenómenos de permanência de trabalhadores agrícolas em estruturas sobrelotadas, em regra contentores, o que colide frontalmente com o acesso a habitação condigna. Sucede, todavia, que a situação descrita foi perpetuada

pelo Governo, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2019, a qual estabeleceu uma moratória de 10 anos que permite a manutenção de estruturas de habitação amovíveis, vulgo contentores, sem qualquer sentido de urgência para com os direitos humanos ou para com aqueles que hoje diz serem vítima”, expressaram os deputados Cristóvão Norte, Afonso Oliveira e Filipa Roseta.

Na pergunta ao ministro do Ambiente e ao ministro das Infraestruturas e da Habitação, o grupo parlamentar do

PSD recorda também que desencadeou “o debate desta matéria na Assembleia da República, por força da apresentação de um projeto de resolução em que representou a gravidade da matéria e no qual exigiu, entre outros aspetos, uma solução urbanística urgente e definitiva no prazo de um ano para resolver a crítica questão da habitação condigna, bem como o reforço imediato das infraestruturas e dos serviços públicos nos concelhos de Odemira e Aljezur, para dar resposta à explosão demográfica resultado do crescimento agrícola registado nos últimos anos.

O projeto de resolução em causa, o qual veio a ser acompanhado por iniciativas de diversos grupos parlamentares, foi aprovado”. No entanto, o PSD desconhece que o “Governo tenha adotado qualquer das recomendações da Assembleia da República a este respeito”.

## O PSD pergunta:

1. *Visto que o Governo entende agora que estão em causa direitos humanos, é sua intenção manter o prazo de dez anos de moratória concedida para colocar fim a estruturas habitacionais amovíveis, vulgo contentores, ou procederá a alterações na legislação em vigor?*
2. *O Governo acusou a receção da Estratégia Local de Habitação dos municípios de Odemira e Aljezur para efeitos de apoio no âmbito do programa 1. Direito? Se sim, o Governo já celebrou protocolo com os municípios em causa?*
3. *Que reforço de serviços públicos têm vindo a ter lugar para garantir as respostas adequadas às populações dos concelhos de Odemira e Aljezur?*

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXIGE AO GOVERNO OBRAS NA ÁREA DA SAÚDE EM VISEU

A Assembleia Municipal de Viseu aprovou, dia 30 de abril, por unanimidade uma moção, apresentada pelo PSD, a exigir ao Governo obras na área da saúde, tanto intervenções no Centro Hospitalar Tondela Viseu, como nas unidades de saúde familiar, em cuidados primários.

“Atendendo às prioridades previstas no PRR Plano de Recuperação e Resiliência], a Assembleia Municipal de Viseu delibera que o Governo promova as diligências necessárias para construir novas instalações para o departamento de psiquiatria e saúde mental no campus do Hospital de São Teotónio em Viseu”, afirma a moção, apresentada pelo deputado social-democrata Pedro Alves.

De acordo com o documento, o Governo deve “ampliar a capacidade de resposta da unidade de cuidados intensivos do Centro Hospitalar Tondela Viseu (CHTV), aumentando o número de camas e melhorando a sua capacitação”.

“Construir novas instalações para melhorar a capacidade de resposta dos cuidados primários do edifício do MAS e aumentar a proximidade descentralizando a sua localização e, simultaneamente, requalificar edifícios existentes que mantenham resposta de cuidados primários de saúde”, sublinha.

A moção defende, por fim, a necessidade de “instalar uma unidade de cuidados paliativos no concelho de Viseu, em articulação com as IPSS” (instituições particulares de solidariedade social), uma vez que, justifica, “não existe nenhuma no município e a mais próxima serve um milhão de habitantes”.

O documento foi aprovado por unanimidade, apesar da ressalva da bancada municipal do PS que, na voz do deputado Rafael Amaro, disse “discordar com o enquadramento político em que ela foi apresentada”, aprovando “somente a parte final”, ou seja, as exigências na área da saúde.

Na mesma sessão ordinária da Assembleia Municipal, a primeira com Conceição Azevedo enquanto presidente da Câmara, também foi aprovado por unanimidade um voto de pesar pelo falecimento de António Almeida Henriques (antecessor de Conceição Azevedo, falecido em 4 de abril de 2020).



# GOVERNO DA MADEIRA REDUZIU EM 51% SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL

O Governo da Madeira reduziu em 51% o número de empresas do setor público empresarial, afirmou o vice-presidente do executivo, dia 4, durante um debate na Assembleia Legislativa sobre o diploma que estabelece o estatuto do gestor público na região.

De acordo com Pedro Calado, essa redução deu-se entre 2013 e 2020, passando de 51 para 25 empresas. “Na reorganização do setor empresarial, não há qualquer aumento de remunerações para além daquela que está estipulada a nível legal, mas isso é válido na Madeira e é válido no continente”, disse Pedro Calado.

O vice-presidente do Governo Regional, de coligação PSD/CDS-PP, garante que, depois de ter efetuado a redução do número de empresas do setor público, “vai cumprir todas as suas responsabilidades financeiras”.

Por sua vez, Brício Araújo, deputado do PSD na Assembleia da Madeira, acusou os socialistas de deturparem o “teor do diploma”, fazendo crer que estava em discussão a questão das remunerações dos gestores.

“É um discurso populista, o que o Governo fez foi alinhar as remunerações com aquilo que se passa a nível nacional, tendo o cuidado de fixar um teto máximo que não pode ultrapassar o salário do presidente do Governo Regional”, reafirmou Pedro Calado.



# TESTES GRATUITOS SÃO ESSENCIAIS PARA O COMBATE À PANDEMIA

O grupo parlamentar do PSD/Madeira alertou para a importância da testagem massiva e regular da população, salientando o caráter pioneiro desta medida implementada pelo Governo Regional, que dá, assim, mais um passo em frente na prevenção da covid-19.

Numa iniciativa realizada no Largo do Chafariz, onde se encontra uma instalação móvel a realizar testes antigénio, a deputada Conceição Pereira lembrou que Governo Regional está a facultar testes gratuitos, nas farmácias, a toda a população, com mais de 16 anos, de modo a identificar os casos positivos, isolá-los e conter a infeção.

“Os próximos três a quatro meses, até 70% da população estar vacinada e atingirmos a imunidade de grupo, são críticos”, salientou Conceição Pereira, realçando ser “necessário um esforço adicional”.

A deputada sublinhou que esta “é mais uma medida pioneira”, mas, para que seja bem-sucedida, “é necessária a colaboração de todos”.

“É para bem de todos nós”, reforçou Conceição Pereira, realçando o forte investimento que o Governo Regional tem realizado na prevenção, com destaque para 3,5 milhões de euros nesta campanha.

A deputada reiterou que esta situação pandémica não implica apenas uma questão de saúde pública, mas também de ordem socioeconómica: “Pretendemos que a Madeira e o Porto Santo continuem a ser um destino turístico seguro, reiniciar a atividade económica e, assim ultrapassar os problemas não só de saúde, mas também económicos e sociais”.



# VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19, PSD/AÇORES APELA À INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O líder parlamentar do PSD/Açores apelou ao Presidente da República para que intervenha junto do Governo nacional, de forma que seja reforçado o envio para a Região de vacinas contra a covid-19.

“Como Vossa Excelência bem sabe, vivemos tempos angustiantes, porque incertos, pela pandemia da covid-19 que persiste em não nos deixar. Os Açores são uma região dispersa e isolada a meio do Atlântico imenso. Somos uma região ultraperiférica com ilhas sem hospital e distante dos grandes centros hospitalares”, afirmou Pedro do Nascimento Cabral.

O deputado social-democrata falava na Assembleia Legislativa dos Açores, na Horta, dia 1, durante um encontro do Presidente da República com os líderes dos grupos e representações parlamentares, no âmbito da visita do Chefe de Estado à Região.

“O povo dos Açores necessita que Vossa Excelência exerça a sua magistratura de influência junto do Governo da República, no sentido de garantir um maior número de vacinas destinadas à Região e salvaguardar a vida de muitos açorianos”, disse.

Pedro do Nascimento Cabral apelou igualmente a Marcelo Rebelo de Sousa para interceda junto do Governo da República por causa da falta de apoio da Segurança Social aos pais e encarregados de educação dos Açores “que estão a prestar assistência aos filhos, devido ao encerramento de escolas”.

“As mães e pais açorianos também descontam para a Segurança Social. Não podem ser tratados como portugueses de segunda. Quando as escolas estiveram encerradas no continente não faltou apoio da Segurança Social”, frisou.

O líder parlamentar do PSD/Açores alertou ainda o Chefe de Estado para o incumprimento, por parte do Governo da República, da lei que criou o programa especial de apoio social aos ex-trabalhadores da COFACO da ilha do Pico.

“O Governo da República tinha 60 dias para regulamentar essa lei e proceder ao pagamento dos apoios aos ex-trabalhadores da COFACO. Passaram quase seis meses e nada foi feito”, concluiu.

# AÇORES CONSIDERAM “URGENTE” UMA AVALIAÇÃO DO SETOR DO LEITE



O secretário regional da Agricultura enviou, dia 4 de maio, uma carta à ministra da Agricultura defendendo “uma reunião extraordinária” da Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar (PARCA) para uma “análise da cadeia de valor do setor do leite e laticínios”.

O executivo açoriano, de coligação PSD/CDS-PP/PPM, adianta que o secretário regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, António Ventura, entende ser “urgente” e “oportuno” que se faça uma avaliação atualizada e prospetiva do setor do leite e laticínios a nível nacional, incluindo os Açores.

António Ventura “sugere a convocação de uma reunião extraordinária da Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar (PARCA)”, para uma “análise da cadeia de valor do setor do leite e laticínios”, lê-se na mesma nota.

Nesse encontro da PARCA, “deve ser prevista a participação excecional de representantes da Região Autónoma dos Açores, atenta a importância do setor ao nível da economia regional e o respetivo peso no setor a nível nacional”, pode ler-se na missiva.

O titular da pasta da Agricultura nos Açores adianta que o setor do leite e dos laticínios “tem uma expressão muito relevante na economia dos Açores, com um contributo para o PIB que é, em termos médios relativos, mais do triplo do mesmo valor a nível nacional”.

“Existe um diferencial negativo do preço pago aos produtores de leite açorianos, quando comparado com os valores pagos em Portugal Continental e na União Europeia”, lê-se na carta.

Segundo explica o governante, tal como no resto da Europa, “o preço do leite sofreu fortes quedas na sequência do período de instabilidade criado pelo fim das quotas leiteiras, tendo-se seguido um período de recuperação”.

Contudo, e segundo esclarece António Ventura na carta, essa recuperação dos preços foi mais rápida ao nível da União Europeia, “quando comparado com Portugal ou, de forma mais particular, com os Açores”, sublinhando que essa circunstância decorrerá de “características específicas do setor ao nível nacional no que respeita às relações entre os setores de produção, transformação e distribuição do leite e laticínios”.

Na mesma carta, o secretário regional da Agricultura salienta ainda que “mais de 80% do valor do comércio de laticínios dos Açores é realizado com o território continental” – mais de 243 milhões de euros em 2020 –, que é o “principal mercado de destino e de consumo”.



**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



**DISTRITAIS**

**SANTARÉM**

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Santarém, em sessão ordinária, para reunir no próximo dia 17 de Maio, (segunda-feira) pelas 21H00, no Santarém Hotel (Sala Lezíria), sita na Av. Madre Andaluz, em Santarém, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Discussão e Aprovação do Relatório de Contas 2020;
2. Apresentação dos Candidatos Autárquicos;
3. Análise da Situação Política.

Nota: Dada a situação pandémica, a Assembleia Distrital funcionará em formato misto, presencial e online. Os Delegados eleitos pelas secções e pelas estruturas autónomas assistirão à reunião online, pelo que o link de acesso será enviado oportunamente.

**SECÇÕES**

**ALMADA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentos do PSD, venho por este meio convocar a Assembleia da Secção de Almada para o dia 13 de Maio (quinta-feira) pelas 21H00, na Sede Concelhia do PSD de Almada sita na Rua da Liberdade nº 38 A em Almada com a seguinte:

**ORDEM DE TABALHOS**

1. Informações;
2. Apresentação, discussão e votação do documento de Estratégia Autárquica;
3. Análise da situação política.

**BRAGA**

Ao abrigo do artigo 53º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção para uma reunião ordinária, a realizar dia 14 de Maio (sexta-feira) de 2021, pelas 21H30, no Hotel Mercure, em Braga, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Aprovação das contas anuais referentes a 2020;
3. Aprovação do orçamento para 2021;
4. Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais;
5. Análise da situação política local e nacional.

**NUCLEOS**

**CARCAVELOS-PAREDE**

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial de Carcavelos-Parede para o dia 12 de Maio (quarta-feira) pelas 21H00, no Pavilhão do Centro Recreativo e Cultural da Quinta dos Lombos, sita na Rua da Feitoria, Lombos Sul, Carcavelos, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Autárquicas 2021.

**CONVOCATÓRIAS DA JSD**

**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



**I CONSELHO DISTRITAL DE COIMBRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o I Conselho Distrital Ordinário do mandato 2020-2022 para reunir no próximo dia 6 de Junho (domingo), pelas 21 horas e 30 minutos, por via telemática (plataforma Zoom), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise, discussão e votação da proposta da Comissão Política Distrital sobre a nomeação dos Delegados da JSD Distrital Coimbra à Assembleia Distrital do PSD Coimbra, conforme disposto no artigo 61º, no 1, alínea d) dos Estatutos da JSD;
- 2 – Outros assuntos.

**CASCAIS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Cascais para reunião no próximo dia 17 de Maio de 2021, pelas 21:30 Horas através da plataforma Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Balanço do mandato;
- 3 – Análise da situação política.

**OVAR**

Ao abrigo dos termos do Artigo 71, nº2 dos Estatutos da Juventude Social Democrata, são convocados todos os militantes da JSD Ovar, para reunir em Plenário de Militantes Concelhio, no dia 14 de maio de 2021, pelas 21h00, na Sede da Secção de Ovar do Partido Social Democrata, sita na Rua Ferreira de Castro, 84 1ºEsq – Ovar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação das atas de Plenário de Militantes Concelhio, correspondentes às reuniões de 25/set/2020 e de 12/dez/2020;
- 2 – Apresentação e aprovação da proposta de atribuição de estatuto de Presidente Honorário da JSD Ovar a Ruben Jorge Ferreira;
- 3 – Apresentação e aprovação da proposta de atribuição de estatuto de Militante Honorário da JSD Ovar a André Godinho e Hélder Ferreira;
- 4 – Análise da situação política;
- 5 – Balanço das atividades realizadas;
- 6 – Estratégia de campanha autárquica – Recolha de contributos.
- 7 – Outros assuntos.

**Notas:**

Será obrigatório o uso de máscara e caneta própria, assim como a desinfecção das mãos à entrada do local. Será disponibilizado gel desinfetante a todos os militantes, assim como o cumprimento das normas de distanciamento social e de circulação de ar.

**SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se todos os militantes da Concelhia de Santa Marta de Penaguião, para Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 06 de junho de 2021, na sede concelhia de Santa Marta de Penaguião, sita na rua velha - 5030-478 Santa Marta de Penaguião marta, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Santa Marta de Penaguião.

**Nota:**

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente de Mesa JSD Distrital, ou a quem o substitua, até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas, estarão abertas entre 14H00 e as 16H00.

**TOMAR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Tomar para reunir no próximo dia 12 de Junho de 2021, pelas 14h30, na sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação 57-A, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD Tomar.

**Notas:**

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente de Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Tomar ou a quem estatutariamente a possa substituir, na sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação 57-A, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Acto Eleitoral decorrerá entre as 14h30 e as 16h30.